

# **Digesto**

---

## NEWSLETTER N.º 14/2019

---

Período abrangido: 01 a 12 de julho de 2019



## ADMINISTRAÇÃO INTERNA

### [Decreto-Lei n.º 86/2019, de 2 de julho](#)

Procede à aplicação aos bombeiros municipais das categorias e das remunerações previstas para os bombeiros sapadores.

### [Decreto-Lei n.º 87/2019, de 2 de julho](#)

Regula as condições e as regras de atribuição e de cálculo das pensões de aposentação ou reforma dos trabalhadores integrados nas carreiras de bombeiro sapador e de bombeiro municipal.

### [Lei n.º 46/2019, de 8 de julho](#)

Altera o regime do exercício da atividade de segurança privada e da autoproteção.

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### [Decreto-Lei n.º 85/2019, de 1 de julho](#)

Permite aos trabalhadores da Administração Pública faltarem justificadamente para acompanhamento de menor de 12 anos no 1.º dia do ano letivo.

### [Decreto-Lei n.º 91/2019, de 5 de julho](#)

Reforça a estrutura do Centro de Competências Jurídicas do Estado.

## AGRICULTURA

### [Portaria n.º 218/2019, de 11 de julho](#)

Altera (primeira alteração) à [Portaria n.º 213-A/2017](#), de 19 de julho, que procede à segunda alteração à [Portaria n.º 107/2015](#), de 13 de abril, que estabelece o regime de aplicação da operação 3.2.2, «Pequenos investimentos na exploração agrícola», e da operação 3.3.2, «Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas», ambas da medida n.º 3, «Valorização da produção agrícola», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente.

## AMBIENTE

### [Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho](#)

Aprova o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050.

### [Portaria n.º 202/2019, de 3 de julho](#)

Define os termos e os critérios aplicáveis ao projeto-piloto a adotar no âmbito do sistema de incentivo ao consumidor para devolução de embalagens de bebidas em plástico não reutilizáveis.

### [Decreto-Lei n.º 92/2019, de 10 de julho](#)

Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do [Regulamento \(UE\) n.º 1143/2014](#), estabelecendo o regime jurídico aplicável ao controlo, à detenção, à introdução na natureza e ao repovoamento de espécies exóticas da flora e da fauna.

## CULTURA

### [Decreto-Lei n.º 89/2019, de 4 de julho](#)

Altera as entidades de gestão coletiva do direito de autor e dos direitos conexos.

### [Despacho n.º 6146/2019, de 4 de julho](#)

Aprova a estratégia de gestão da coleção de obras de arte do Estado.

### [Decreto-Lei n.º 90/2019, de 5 de julho](#)

Altera o regime de funcionamento dos espetáculos de natureza artística e de instalação e fiscalização dos recintos fixos destinados à sua realização, bem como a classificação de espetáculos de natureza artística e de divertimentos públicos.

## ECONOMIA

### [Resolução do Conselho de Ministros n.º 108/2019, de 2 de julho](#)

Altera o Plano de Ação para a Economia Circular.

### **Portaria n.º 203/2019, de 4 de julho**

Altera (primeira alteração) a [Portaria n.º 312/2018](#), de 5 de dezembro, que reconhece a Associação Industrial do Distrito de Aveiro - AIDA como Câmara de Comércio e Indústria do Distrito de Aveiro.

## **ENERGIA**

### **Despacho n.º 6147/2019, de 4 de julho**

Define as linhas orientadoras a adotar pelas escolas na organização e realização das visitas de estudo e outras atividades lúdico-formativas a desenvolver fora do espaço escolar.

## **INFRAESTRUTURAS E HABITAÇÃO**

### **Resolução do Conselho de Ministros n.º 110/2019, de 5 de julho**

Aprova um conjunto de medidas com vista à salvaguarda de um serviço público ferroviário de qualidade.

### **Portaria n.º 210/2019, de 5 de julho**

Fixa a forma de aplicação dos resultados líquidos do exercício de 2015 da Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM).

## **NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**

### **Aviso n.º 43/2019, de 1 de julho**

Torna público que o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos notificou ter a República Federal da Alemanha formulado uma declaração em conformidade com o artigo 45.º relativamente à Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças, adotada na Haia, a 25 de outubro de 1980.

### **Decreto-Lei n.º 88/2019, de 3 de julho**

Altera o regime jurídico do ensino português no estrangeiro.

#### **Aviso n.º 44/2019, de 3 de julho**

Torna público que o Conselho Federal Suíço comunicou ter a República do Peru depositado a 9 de outubro de 2018 o seu instrumento de ratificação ao Protocolo Adicional às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949 Relativo à Adoção de Um Emblema Distintivo Adicional (Protocolo III) adotado em Genebra, em 8 de dezembro de 2005, referente à Convenção de Genebra de 12 de agosto de 1949 para a Proteção das Vítimas da Guerra.

#### **Aviso n.º 45/2019, de 3 de julho**

Torna público que o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos notificou ter a República da Letónia formulado uma declaração relativamente à Convenção Relativa ao Processo Civil, adotada na Haia, a 1 de março de 1954.

#### **Aviso n.º 46/2019, de 3 de julho**

Torna público que o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos notificou ter a Roménia formulado uma declaração relativamente à Convenção Relativa ao Processo Civil, adotada na Haia, a 1 de março de 1954.

#### **Aviso n.º 47/2019, de 8 de julho**

Torna público que o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos, notificou ter a República Federal da Alemanha formulado uma declaração relativamente à Convenção sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em Matéria Civil ou Comercial, adotada na Haia, a 18 de março de 1970.

#### **Aviso n.º 48/2019, de 8 de julho**

Torna público que a República Cooperativa da Guiana depositou junto do Secretário-Geral das Nações Unidas, a 28 de setembro de 2018, o seu instrumento de ratificação à alteração ao artigo 8.º e outras alterações ao Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional relativas ao crime de agressão, adotadas na Conferência de Revisão em Kampala, de 31 de maio a 11 de junho de 2010.

#### **Aviso n.º 49/2019, de 8 de julho**

Torna público que o Secretariado-geral do Conselho da União Europeia notificou o Governo Português ter a União Europeia concluído os procedimentos internos necessários à entrada em vigor do Acordo de Transporte Aéreo entre o Canadá e a Comunidade Europeia e os Seus Estados Membros, incluindo os anexos 1 a 3 e respetivas Declarações, assinado em Bruxelas em 17 de dezembro de 2009.

#### **Aviso n.º 50/2019, de 11 de julho**

Torna público que o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos notificou ter a Suíça modificado a sua autoridade à Convenção Relativa à Supressão da Exigência da Legalidade dos Atos Públicos Estrangeiros, adotada na Haia, a 5 de outubro de 1961.

### **Aviso n.º 51/2019, de 11 de julho**

Torna público que o Secretário-Geral das Nações Unidas, na sua qualidade de depositário, comunicou ter o Turquemenistão aderido, a 26 de dezembro de 2018, à Convenção sobre a Prevenção e a Punição do Crime de Genocídio, adotada em Paris, em 9 de dezembro de 1948.

### **Aviso n.º 52/2019, de 12 de julho**

Torna público que o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos notificou ter a República Federal da Alemanha formulado uma declaração em conformidade com o artigo 31.º, à Convenção Relativa à Citação e Notificação no Estrangeiro de Atos Judiciais e Extrajudiciais em Matéria Civil e Comercial, adotada na Haia, a 15 de novembro de 1965.

### **Aviso n.º 53/2019, de 12 de julho**

Torna público que o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos notificou ter a República de Malta formulado uma declaração em conformidade com o artigo 31.º, à Convenção Relativa à Citação e Notificação no Estrangeiro de Atos Judiciais e Extrajudiciais em Matéria Civil e Comercial, adotada na Haia, a 15 de novembro de 1965.

### **Aviso n.º 54/2019, de 12 de julho**

Torna público que o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos notificou ter a República da Roménia formulado uma declaração em conformidade com o artigo 45.º, relativamente à Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças, adotada na Haia, a 25 de outubro de 1980.

## **PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS**

### **Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2019, de 9 de julho**

Delega e atribui ao Ministro do Planeamento e ao Ministro das Infraestruturas e da Habitação competências anteriormente pertencentes ao Ministro do Planeamento e das Infraestruturas e ao Ministro do Ambiente e da Transição Energética.

### **Despacho Normativo n.º 19/2019, de 12 de julho**

Altera o grafismo do Diário da República e determina a disponibilização de novos conteúdos digitais no Diário da República Eletrónico.

## REGIÕES AUTÓNOMAS

### MADEIRA

#### [Decreto Legislativo Regional n.º 4/2019/M, de 1 de julho](#)

Adapta o [Decreto-Lei n.º 96/2017](#), de 10 de agosto, alterado pela [Lei n.º 61/2018](#), de 21 de agosto, estabelece a disciplina das instalações elétricas de serviço particular alimentadas pela rede elétrica de serviço público (RESP) da Região Autónoma da Madeira (RAM), em média, alta ou em baixa tensão, e das instalações com produção própria, de caráter temporário ou itinerante, de segurança ou de socorro, e define o sistema de controlo, supervisão e regulação das atividades a elas associadas.

## SAÚDE

#### [Lei n.º 48/2019, de 8 de julho](#)

Altera (sexta alteração) a [Lei n.º 32/2006](#), de 26 de julho, que regula a utilização de técnicas de procriação medicamente assistida (PMA).

## SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

#### [Portaria n.º 214/2019, de 5 de julho](#)

Portaria que define a medida de Apoio ao Regresso de Emigrantes a Portugal, no âmbito do Programa Regressar.

#### [Lei n.º 47/2019, de 8 de julho](#)

Altera (primeira alteração) o Regime de Execução do Acolhimento Familiar, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 11/2008](#), de 17 de janeiro.

### **Portaria n.º 217/2019, de 10 de julho**

Altera (terceira alteração) o regulamento geral do Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas Mais Carenciadas (FEAC) e à regulamentação específica do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas em Portugal (POAPMC).

## **TRIBUNAIS**

### **Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 3/2019, de 2 de julho**

«Em processo contraordenacional, no recurso da decisão proferida em 1.ª instância o recorrente pode suscitar questões que não tenha alegado na impugnação judicial da decisão da autoridade administrativa.»

### **Acórdão (extrato) n.º 299/2019, de 12 de julho**

#### **TRIBUNAL CONSTITUCIONAL**

Não julga inconstitucional a norma extraída do artigo 135.º-B, n.º 2, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), no sentido de incluir, no âmbito de aplicação do Adicional ao IMI, os «terrenos para construção» com fins de comércio, indústria, serviços ou outros; não conhece da questão relativa à norma do artigo 135.º-A do Código do IMI, no sentido de incluir, no âmbito de aplicação subjetiva do imposto, entidades que detêm património imobiliário como consequência inevitável da atividade económica que desenvolvem.



---

**Avalie a nossa Newsletter e dê-nos a sua sugestão  
através do e-mail:**

[digesto@jurisAPP.gov.pt](mailto:digesto@jurisAPP.gov.pt)

---

 ***Digesto***